

# **A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA E OS CAMINHOS DA DESARTICULAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

**NELSON OLIVEIRA \***

Neste ensaio, pretende-se efetuar uma interpretação crítica de um arraigado anti-reformismo que permeia não apenas práticas e iniciativas políticas dos grandes proprietários de terra, mas que gradualmente tende a se tornar consensual entre os mais distintos setores de uma burguesia emergente, e numa ideologia do conjunto das classes dominantes do país. Suas premissas fundamentais são: primeiro, que as mais importantes articulações políticas efetuadas entre finais do Império e início do período republicano, ao se restringirem fundamentalmente à defesa do latifundismo vigente, se tornaram determinantes não só para o futuro da agricultura latifundiária mas, sobretudo, para o caráter que passa a ser assumido pelas lutas por democratização no Brasil; segundo, que, nas mais distintas conjunturas, a condução política da administração governamental, subordinada a determinações quase exclusivas desses núcleos mais influentes de poder fundiário, e de seus aliados no capital comercial, além de repercutir numa conformação estatal profundamente autoritária que passa a brotar a partir daí responde pela construção de uma das economias mais socialmente desarticuladas do mundo capitalista, na sua tradução mais concreta de exclusão social.

As posturas anti-reformistas das classes proprietárias, no geral, e das agrárias, em particular, são tomadas aqui como expressão maior (ou condição) para a efetivação de um pacto anti-republicano que não só demarca os limites de uma ordem sócio-política como estabelece os marcos de um projeto de nação que, de tão esgarçado, tende a se projetar como algo quase sempre politicamente inacabado.

## **1. REFORMA CONTRA A REFORMA: UM HIBRIDISMO SINGULAR**

O trato do campo como espaço autônomo sempre serviu muito bem aos que se recusavam a ver na profundeza da miséria rural uma manifestação da contradição que move o capital a cada passo de seu avanço e da sua crise. Pequenos, médios e grandes produtores são reproduzidos no mesmo diapasão em que se processam as lutas de classe, tanto podendo desaparecer como resistir, já que nenhuma dessas configurações pode ser tomada como estável ou sempre necessária em qualquer circunstância. Neste caso, toda funcionalidade das classes ao capital é móvel e dinâmica, pouco importando aqui o setor em que estejam localizadas. Portanto, qualquer resistência que não desse conta dessa realidade, sobretudo no âmbito dos pequenos e proletarizados, podia ter efeito contrário ao desejado muitas vezes pelos que estavam à frente das lutas. O discurso reformista passou a assumir uma conotação cada vez mais híbrida, fruto dessas vacilações que, no fundo, refletiam as tendências dominantes de assumir o campo como uma totalidade estrutural ou expressão de uma classe sem raízes efetivas no processo social.

Uma formatação híbrida desse discurso reformista ambíguo pode ser encontrada nos mais diferentes estudos e avaliações sobre a reforma agrária no Brasil. Em sua grande maioria, parte importante desses estudos ou atentaram para a reforma como efetivação de políticas de ajustes circunstanciais na agricultura, movidas por demandas puramente conjunturais, ou para a sua realização como uma necessidade histórica, em contextos demarcados por lutas de classe com diferentes graus de intensidade. Uma reforma como simplesmente meio ou instrumento, ou como algo que se esgota em si mesma, não dá conta da diversidade de alternativas que derivam daí: um ajuste nas condições de inserção, uma revolução nas condições sociais ou uma demonstração da viabilidade técnica do capitalismo agrário, entre outras. De qualquer modo, tende a haver um quase-consenso: reformar não passa de uma via efetiva de integração virtuosa da agricultura no dinamismo comandado pelas forças mais avançadas do capital. As revoluções agrícolas soam de forma predominante como ajustes técnicos e financeiros. Não chega a ficar muito claro o sentido maior da reforma, desde que a questão agrária tende a ressaltar das próprias demandas de integração setorial e reprodução social nos níveis mais avançados já alcançados pelo capital.

Não menos ambíguos, porém, são os que defendem a reforma como componente fundamental de uma luta de resistência dos pequenos produtores agrícolas contra a penetração do grande capital no campo. Nesse caso, essas ambigüidades tendem a ser até mais profundas, considerando que se restringem quase que exclusivamente à defesa do reformismo agrário como tábua de salvação para um sistema que não resolve seus problemas mais cruciais. São esses os que localizam na exclusão dos mecanismos dominantes de acumulação uma forma de inclusão, sob o escudo ideológico de uma resistência nem sempre muito explícita. A reforma aqui é encarada como a alternativa, ela mesma, contra a fome, a miséria e o desemprego, e a forma ideal de contrapor o pequeno ao grande proprietário, contribuindo para unificar a agricultura no seu conjunto como parte de um mesmo desiderato: como algo que deve ser protegido e preservado.

O problema não parecer residir no capital, mas nas suas dimensões. O conflito parece residir na superposição de uma categoria sobre as demais – dos grandes sobre os pequenos – e dos privilégios daí decorrentes. As lutas de classe se transformam na defesa de categorias sociais não contempladas pela política oficial. Daí sua dúvida reivindicatória sentimental de cunho saudosista, nunca se sabendo ao certo se sua justificativa é a fome de terras, a defesa de um espaço ou resistência cultural de deserdados da terra ou a dificuldade de utilizá-la produtivamente, num contexto profundamente demarcado pela exigência de obtenção de elevada produtividade e eficiência produtiva no campo. Nada disso é deixado muito claro, como se o enunciado da proposta, apenas isto, tivesse o dom de suplantir qualquer outra exigência de precisão dos seus objetivos; como se a reforma pudesse se justificar em si mesma, sem qualquer outro atenuante.

Neste emaranhado de postulações ambíguas, a política oficial, a despeito de repercutir essas mais diferentes manifestações e tendências, jamais se conduziu como um árbitro neutro. Ela foi sempre afirmativa e facciosa,

considerando a negação de um dos pólos da articulação de interesses uma afirmação daquele que tendia a se expressar como seu núcleo dominante, nada justificando, porém, afirmativas como as de que a reforma agrária jamais teria desfrutado de importância junto a instâncias oficiais. Uma análise das diversas políticas voltadas para a agricultura no Brasil – ou para o campo em geral – contribui para evidenciar, ao contrário disto, que políticas de reforma agrária assumiram caráter prioritário desde os primeiros ensaios de modernização capitalista no país.

Tal prioridade só pode ser entendida se confrontada com as relações mantidas entre *classe* e *poder*. Não pode ser avaliada apenas pelo vazio de propostas explícitas, assim como anúncios de planos e projetos concretos, ou pelo que estava explicitado em intenções e propostas. Há que se dar atenção ao que sempre esteve implícito na ação governamental de defesa das vias tradicionais de acumulação e reprodução social no campo. Ela só pode ser avaliada, portanto, pela capacidade que demonstrou o governo de negá-la, na mesma medida em que procurava afirmá-la no decorrer do longo processo de construção das bases constitutivas de um Estado Nacional que não se constituía concretamente no vazio de hegemonia que se firmava com os privilégios concedidos às camadas proprietárias rurais.

Foi esse, aliás, seu maior trunfo: negar a reforma quando mais parecia estar concordando com sua necessidade. Isto não significa ausência de reforma, mas sua re-significação estrutural: *da reforma como contra-reforma*. Deve-se observar que planos de reforma agrária, quando elaborados pelo próprio governo, na maioria das vezes funcionaram como simples antídotos ou como contra-discursos no seio dos quais aquilo que mais se procurava realçar não eram os desejos de fomentá-la ou impulsioná-la, mas a necessidade de impor freios e impedimentos a sua implementação.

No Brasil, as reformas já nasceram como armas contra-reformistas, como atitude preventiva ou aborto do próprio reformismo. Talvez não tenha sido um caso único, mas em quase nenhum outro país essa confusão entre reforma e contra-reforma foi tão esclarecedora quanto entre nós. Poucos governos pressentiram ou se anteciparam tão decididamente ao que poderia vir a acontecer como ocorreu por aqui. Nem manifestaram tão claramente o intuito de anular com antecedência qualquer futura reivindicação ou impedir o que podia estar nascendo, sob a justificativa de que, simplesmente, algo – uma reforma efetiva – não deveria nascer.

## **2. LUTAS SOCIAIS E DESCAMINHOS DO REFORMISMO**

Em que pese a lei e a repressão, lutas sociais no campo jamais deixaram de acontecer. Isto não significa que elas tenham sempre sinalizado abertamente para a contestação do modelo latifundiário, ou tenham sido notórios e consistentes seus apelos em prol da reforma agrária. As revoltas no campo em geral refletiram o quadro estrutural predominante, mas as propostas de alternativas, na maioria das vezes, nunca se tornam explícitas; em geral, podiam ser deduzidas da radicalidade ou da persistência dos objetivos de contestação de situações concretas de opressão e exploração. A partir da

primeira metade do século XX, afora algumas poucas reivindicações surgidas no seio das organizações comunistas, mais particularmente após a redemocratização de 1945, a reforma agrária nunca se revelou concretamente como uma estratégia. No mais das vezes, manteve-se encoberta ou apenas implícita nas lutas por uma distribuição mais justa das terras produtivas.

Até mesmo no plano oficial, projetos de lei elaborados com esse objetivo quase nunca foram elaborados com esse fim determinado. E, caso concebidos como projetos de mudança na organização agrária, quase nunca eram discutidos como prioritários, ou aprovados; quando não eram colocados no esquecimento, terminavam estereotipados como propostas infundadas. As baterias do mais ferrenho conservadorismo encasteladas no Congresso Nacional estavam a postos, na sua defesa do *status quo* e contra qualquer iniciativa que pudesse servir de base ou incentivo para uma abertura ou retomada de discussões como essa. Expressão, na sua maioria, de grupos oligárquicos, representações agrárias são contra, em princípio, e por princípios, a qualquer idéia de reforma, por mais insignificante e preliminar que seja esta.

No pós-IIª Guerra Mundial, quando as lutas sociais no campo retomam sua intensidade, a mística da conquista da terra como condição para a liberdade chega a ganhar o reforço das lutas democráticas que se travam então com caráter social. As duas até que procuram se fundir. *Terra*, assim como *liberdade*, se torna uma bandeira de luta ameaçadora. Era a afronta não desejada ao direito irrestrito e incondicionado à propriedade. A conquista da terra passa a sintetizar uma aspiração por mudança e ser assumida como componente de um novo projeto de desenvolvimento, pelo qual, principalmente as esquerdas, passam a se bater. O populismo dos anos 50 muito pouco se sensibiliza com a nova ofensiva de lutas, bem ao contrário. As pressões provenientes do campo são respondidas com maior repressão e nada (ou pouco) mais do que isso. À demagogia populista não interessa romper os limites impostos pelas estruturas de poder no campo. Ora, no fundo, essas estruturas se tornam, por paradoxal que venha a ser, uma base de sustentação do novo projeto de desenvolvimento capitalista urbano.

É certo que a esquerda patina entre uma reforma como a que estava implícita nas lutas sociais, com um nítido sabor de resistência das camadas mais empobrecidas da sociedade e cujo alcance não ia muito além da sobrevivência em condições minimamente dignas, e aquilo que passa de fato a vislumbrar como alternativa institucional capaz de fomentar uma aliança com setores de uma burguesia emergente contra o conservadorismo agrário predominante. Ideais de reforma que ressaltam terminam por subordinar-se a almejadas alianças desenvolvimentistas, não iam muito além disto. Através de sua principal representação, o Partido Comunista, procura-se integrar a reforma agrária nas malhas daquilo que poderia ser um interesse das frações industriais do capital, para as quais se voltam buscando reconhecimento, e às necessidades de formação de uma ampla frente política pretensamente renovadora e progressista. A resistência pura e simplesmente não atrai esse segmento da esquerda.

Não se descarta o apoio aos pequenos produtores enquanto excluídos. O

intuito maior, porém, reside em apoiar ou reforçar os frágeis intentos de industrialização; mais claramente, subordinar o campo atrasado às demandas de um capitalismo moderno e dinâmico, subordinação que tanto podia se dar por via de uma reforma distributiva, que só lateralmente atingiria os grandes latifúndios, como através da modernização da grande propriedade. O contraste era sensível, afinal, era a esquerda que se dispunha a propor, e até assumir, a liderança de um projeto para o capital, sem qualquer exigência maior, a exemplo da tomada do poder. Deposita-se uma enorme confiança na burguesia, sem quase nenhuma contrapartida, acreditando-se que esta poderia desempenhar funções progressistas, assim como entendidas no seio da Terceira Internacional para a América latina.

Não é surpreendente que a proposta de aliança jamais tenha sido aceita. Essa emergente burguesia nunca demonstrou qualquer simpatia ou mostrou-se convencida da necessidade de formação de uma frente nacional progressista, assim como imaginada pelas esquerdas. Muito menos procurou se apropriar – ou se apropriou, talvez, bem mais do que os comunistas de então – do significado histórico, naquele momento, de uma revolução nacional e democrática. Nenhuma proposta que pudesse ferir, da forma mais branda que fosse, os interesses maiores da oligarquia fundiária jamais poderia ser assimilada, sequer ouvida, pelos mais diversos grupamentos dessa burguesia. No “atraso” é que residia a força de ambas, desconfiadas e sempre temerosas em relação ao que poderia vir a acontecer.

A consciência de classe, nesse sentido, era maior do que o que se imaginava. As oligarquias fundiárias haviam perdido grande parte de seu poderio econômico mas ainda dispunham de enorme capacidade de manobra estratégica. E essa sua capacidade é que se torna de grande valia para a frágil burguesia industrial – frágil e sem projeto próprio ou visão mais articulada de nação –, não a ruptura com essa situação. As esquerdas tinham em geral muita dificuldade de perceber as especificidades desse processo de desenvolvimento e daquelas classes que sempre viram no atraso não um obstáculo mas um caminho para a continuidade dos mecanismos de dominação.

A burguesia brasileira interpretou-o de forma bem mais conveniente, pela ótica de uma classe de perfil ainda indefinido e sem hegemonia. Seu afã foi sempre defensivo. Mais importante para ela era, no primeiro plano, a preservação da ordem (pois que alianças e reformas geravam desordens), e no segundo, a garantia de intocabilidade das condições de superexploração que poderiam estar ameaçadas a partir da aceitação de postulados reformistas. Por isso, não queria reformas no curso de um processo que imaginava controlado, por ela e por seus grandes aliados de fato. A esquerda fingia desconhecer esses condicionantes e especificidades históricas. Insistia em ver na burguesia uma classe com perfil revolucionário. Todavia, suas expectativas, como ficara demonstrado na prática, não tinham qualquer fundamento. Mesmo na construção das bases para o desenvolvimentismo dos anos 50, sob a gestão de Juscelino Kubitschek, marcada por grande euforia com a possibilidade de que o país alcançasse sua maturidade industrial, nenhum aceno concreto teria sido efetuado à reforma agrária, nem pelas representações dessa burguesia,

nem pelo governo.

As lutas sociais no campo nunca sinalizam para um projeto novo de sociedade. Pelo contrário, aposta-se claramente na desarticulação social desse desenvolvimento, buscando uma integração dos segmentos dinâmicos do capital, apenas destes. Tudo devia passar pela industrialização, como rezava no catecismo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Mas do modo como vinha sendo conduzido o processo: pelo alto e setorialmente concentrado. A reforma agrária não foi apenas relegada ao plano secundário: ela foi, de fato, descartada como necessária pelas elites industriais; não apenas pelas novas classes de base industrial que emergiam nessa nova onda de industrialização, mas, também, para aquelas de base agrária.

Nenhuma delas reivindicou a reforma como condição para alguma mudança substantiva no percurso até então seguido. Nem mesmo a justificativa, apresentada pelas esquerdas, de que desse processo de reforma poderia resultar uma burguesia fortalecida, por meio de uma possível ampliação do mercado interno, conseguiu sensibilizar seus “potenciais beneficiários”. A única aliança que interessava, naquele momento, era a que se firmava entre o capital de base urbana e a propriedade fundiária. Só esta é que se efetiva e torna eixo da nova ordem em construção, da qual não apenas resultaria uma gradual e segura territorialização da burguesia nascente, como também uma rejeição definitiva de qualquer bandeira de luta que partisse do reformismo agrário como eixo ou princípio-motor.

Em geral, persiste, entre camadas ditas progressistas, inclusive segmentos da própria burguesia industrial, uma rejeição mais ou menos explícita ao latifundismo. O latifúndio era condenado, de forma paradoxal, pelo menos no plano do discurso, como uma representação do atraso ou restrição ao desenvolvimento das forças produtivas do capital. Esse discurso tendia a ser quase generalizado e consensual. Ninguém parecia ter dúvidas a respeito. Mas não havia qualquer disposição de assumir o ônus de seu enfrentamento real, ou encetar vias para a solução dessa problemática. O sistema do latifúndio, assim como amplamente reconhecido, impedia a modernização das relações sociais. A reforma agrária tendia a assumir esse papel.

E quase chegou a fazê-lo, ao menos no plano da retórica; pelo menos aí a reforma chegou a assumir ares de necessidade estratégica. Na prática, porém, não foi isso que aconteceu. Parte das argumentações em defesa de uma reforma se devia ao esforço de convencimento de camadas burguesas reticentes pelas próprias esquerdas e tão-somente a isso. Até mesmo a radicalização embutida na defesa dessa proposta era superficial, pois se a reforma agrária podia ser vista como necessária para a modernização brasileira, esta modernização não se coadunava com latifundismo. E quase nunca se perguntavam sobre as perspectivas de classe desse processo de modernização. Era como se cada coisa tivesse que vir a seu tempo.

Conquanto isso, mesmo não sendo muitas, nem tão significativas, eram notórias certas divergências (quando nada as desconfianças) entre os que comungavam dessa perspectiva dita progressista, ou de esquerda. Às vezes

parecia muito claro que tomar como fundamento da reforma promover a modernização do capital significava abdicar da construção de um projeto próprio e o atrelamento ou subordinação, não só da esquerda (no caso desta, conscientemente) como dos pequenos lavradores e trabalhadores em geral a frentes pretensamente progressistas do tipo da que se vinha tentando formar contra o atraso. Era a própria esquerda que já se colocava previamente como representação destas forças ditas atrasadas.

Nesta frente quase nunca se acenava para a forma concreta como se vinha consolidando o domínio do capital no país, ou para o significado mais concreto das convenientes articulações entre os segmentos agrários e comerciais, e dos grupos que emergiam como primórdios de um capital industrial e bancário. Portanto, as avaliações críticas ficavam sempre a meio do caminho, deixando-se no ar o que se poderia esperar daí, além de uma vaga modernização do país. Só podiam se justificar, assim, através do silêncio ante às mazelas estruturais. O que se demandava como modernização, se quase nunca ficavam definidas as reais fontes dessas mazelas estruturais? Sempre que se ampliava o entendimento sobre o significado político da modernização, na medida em que esta passa a ser reivindicada concretamente como democratização dos meios de produção, em particular da terra, fragilizava-se qualquer intuito de formalização das referidas frentes progressistas. A partir daí as coisas tendiam a ganhar outro rumo.

Exemplo disto foi o processo de constituição e afirmação das Ligas Camponesas, entre dois períodos marcantes da trajetória política nacional: o desenvolvimentismo de Kubitschek e o populismo de João Goulart. O frentismo teria tido aí sua maior oportunidade histórica. A modernização das relações sociais ganhava caráter de prioridade; clamava-se por alianças estratégicas de classe, ampliando-se expectativas e gerando-se, ao mesmo tempo, grandes ilusões. As lideranças das Ligas sempre demonstraram ter consciência dessa necessidade de modernizar as relações sociais. Pretendiam romper uma tradicional prerrogativa dos patrões – tradição típica do atraso que condenavam – de regular a força de trabalho nas suas propriedades e segundo as suas conveniências, sem obediência a qualquer regra ou direito público.

O intuito maior era o de impor freios legais à superexploração, não se tratando nem mesmo de destruí-la em todas as suas dimensões. Mas, logo cedo, lideranças e trabalhadores se convenceram de que nada disto constava da pauta dessa modernização ensaiada. Talvez não soubessem os trabalhadores organizados nas Ligas – ou, pelo menos, não se deram conta suas lideranças – que o direito era também uma propriedade daqueles que já o detinham, e que este não podia ser assim, sem mais nem menos, disseminado. Disseminar direitos significava promover uma inclusão social que não era e não fazia parte de qualquer desiderato patronal.

O social-reformismo nunca fincara suas asas nessas paragens. Ao incluir a luta pelo direito à posse da terra, num momento de pleno ascenso modernizador no país, como parte dos caminhos para a reforma nas estruturas agrárias do país, as Ligas reforçaram aquilo que veio a se tornar eixo

emblemático no imaginário popular de uma proposta de reforma agrária radical. E, talvez por isto, tenham se defrontado de forma tão violenta com o reacionarismo dos grandes proprietários da Zona da Mata pernambucana e paraibana, destes que souberam usar suas prerrogativas legais para impedir qualquer intento de transformação nas relações estabelecidas. Logo se percebeu: só poucos podiam jogar. A propriedade era a lei, e sua disseminação nada mais do que a ante-sala de um indesejado coletivismo, como visto pelas elites fundiárias mais reacionárias. Para estas, repartir a propriedade teve sempre o significado maior de repartição do poder, e repartição do poder não era nada menos do que o caminho para a refundação do próprio conceito de nação. Nada disto poderia ser aceito. Uma reforma naquele momento podia significar uma ruptura com os padrões de dominação predominantes.

Frente a tantos *senões* e indefinições é que talvez as reformas agrárias tivessem sido abortadas antes mesmo de seu nascedouro. Reformar para que? Os meios de comunicação contribuíam para que tudo permanecesse na eterna confusão: para que quase nunca se soubesse de fato *para que* ou *por que* reformar. A reforma era diluída e transformada numa verdadeira colcha de retalhos, de tal modo que jamais se podia perceber sua importância, fundamento e real dimensão sócio-política. Fruto dessa confusão, quase nunca ocorria uma preocupação maior de qualificá-la devidamente; nem mesmo aqueles que estavam à frente da luta iam além da palavra-de-ordem: *pacífica ou na marra*. Não muito além. Muitas vezes ocorria uma polarização, mas, diante do vazio em que se sustentava, logo era desfeita. A veia emocional não suplantava a ausência de conteúdo. A indefinição era geral: ora a reforma agrária era defendida como uma revolução, ora não passava de simples rearranjo fundiário ou medida de cunho meramente redistributivo. A polissemia era reflexo da enorme confusão que derivava da necessidade de se formar uma frente que diluía os interesses das classes dominadas ao plano totalmente secundário: de um suporte secundário e vazio.

### **3. CONTINUÍSMO ANTI-REFORMISTA**

A partir do *Estatuto da Terra*, de 1964, ou da edição do *Plano Nacional de Reforma Agrária* (PNRA), em 1985, essa diversidade de entendimento passa a ser amplamente disseminada. São ambos criaturas de novos regimes. O Estatuto, uma criação do regime militar, que emerge com o golpe de 1964, enquanto o PNRA, um resultado da sua queda. O primeiro, procurando promover uma desobstrução setorial com a finalidade, através de uma ênfase cuidadosa naqueles segmentos mais competitivos, de tornar possível uma modernização efetiva do campo; o segundo, uma tentativa de regionalizar este processo de desobstrução, sem perder de vista a ênfase nos segmentos mais capazes de propiciar uma integração efetiva aos núcleos hegemônicos do capital.

Não se pode dissociar o PNRA do Estatuto da Terra, por diversas razões. Uma delas é, porém, fundamental: ambos não passaram de tentativas de ajuste do campo às novas tendências do capital, ainda que amparados numa retórica reformista, e em nada mais do que isto. No caso do Estatuto, este chegou até

a ensaiar passos reformistas, mas não foi muito além do puro ensaio. De fato, procurou contemplar, no conjunto das medidas preconizadas, os interesses de grandes proprietários e empresários rurais, utilizando a perspectiva modernizadora como via para consolidar as mais diversas formas de dominação das grandes oligarquias fundiárias brasileiras.

Foi uma contra-reforma por excelência, assim como viria a ser o PNRA. Neste caso, pequenas diferenças porventura existentes talvez sejam resultantes do próprio contexto, como ter sido elaborado como medida não apenas emergencial mas de caráter reformista. Nada disto, entretanto, atenua as semelhanças, até mesmo das circunstâncias. Deve ser ressaltado que, no momento em que foi produzido, sob pressão de um movimento popular em ascensão, a reforma agrária procurava ganhar espaço nas lutas abertas de um movimento social de trabalhadores rurais sem-terra, cuja radicalidade se distinguia bastante da conciliação como princípio da (não tão) velha Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O governo e a Nova República que se instalara entre 1985-1986, partia em busca de uma legitimação.

A morte de Tancredo Neves a havia comprometido. Daí a ânsia de reconhecimento. Tomar a reforma agrária em discussão como sua era um passo fundamental nessa direção. Era a resposta que procurava dar aos movimentos sociais. Tudo isso com bastante perspicácia. Ou seja, mais uma vez, instrumentalizando-a, assim como fizera o regime militar com o Estatuto, em outra circunstância. Se, antes, esvaziar a reforma enquanto Estatuto era torná-la mero instrumento de uma modernização já em curso, agora, o que se buscava era simplesmente desviá-la de seu cariz efetivamente reformista. A democratização da terra tornara-se parte importante da democratização da sociedade pós-ditadura.

A Nova República entende o recado. Não por acaso, transforma o Congresso da Contag, que então se realizava, em palco no qual procura assegurar seus compromissos e dar garantias de que promoverá alterações na situação fundiária. Praticamente ali é que lança o PNRA, um esboço elaborado por técnicos e assessores diversos, alguns deles antigos participantes do anterior Estatuto da Terra, com a participação da sociedade civil. O governo não pretendia perder tempo, podia-lhe custar caro: o tempo de sua difícil legitimação. O custo maior era o de não refazer a cara da ditadura, já que o que se procura, à altura, é reconfigurar o antigo regime como democrático, e convencer uma população desconfiada de que tudo aquilo era verdadeiro, que a democracia era pra valer.

Daí as inúmeras ambigüidades. Para técnicos e diversos intelectuais envolvidos na proposta, reformar tinha um significado distinto daquele que aparentava ter para membros mais influentes do *staff* governamental, novamente colocando-se a velha problemática: uma reforma para os incluídos ou para os excluídos? Esta passa a ser uma preocupação cada vez maior. Reformar como passo para um refazer dos caminhos ou para a incorporação passiva de não-integrados aos caminhos já construídos? Do ponto de vista dos trabalhadores do campo em geral, uma reforma só se podia configurar

enquanto tal se se transformasse numa via para a integração dos excluídos. Mas nada disto ficava bem esclarecido, muito pouco se distinguindo da retórica dos seus intelectuais e do próprio governo. O movimento pró-reforma se impõe a qualquer projeto, mas os projetos procuram se dissociar cada vez mais do movimento. As lutas sociais parecem se esgotar em si mesmas. No fundo, a proposta de reformar o campo é limitada a aspectos exclusivamente fundiários. As indefinições, a exemplo daquela que a colocava entre uma política de ajuste fundiário e uma política social, contribuía para abrir fendas sempre maiores no Projeto, aprofundadas e ampliadas a cada momento.

A implementação dos Programas Regionais de Reforma Agrária (PRRAs), ao lado da prioridade conferida aos assentamentos rurais, como uma das prioridades do PNRA, foi mais do que um modo de assumir as diferenças entre *movimento social* e *projeto* como fundamento estratégico. Foi a maneira de destituir a totalidade estrutural como alvo de uma transformação, que terminaria, assim, por se isolar através da ênfase em medidas tópicas e desarticuladas de objetivos mais profundos. De qualquer modo, serviu como via para os mascaramento das reformas estruturais e como argumento pouco sólido, mas muitas vezes convincentes, da contra-reforma.

A partir daí, os mais diversos sentidos da reforma passam a se basear em tentativas de reorientar suas perspectivas estratégicas. A alegação para a regionalização e as políticas de assentamento fundava-se, em geral, nos mesmos pressupostos de que a questão da terra não se confundia com uma questão agrária, porque a agricultura já se articulava, desde muito, às tendências mais modernas do capital, que nada disto contribuía para que a questão da terra fosse vista como uma questão nacional, resumindo-se a política reformista às demandas de funcionalização da agricultura às necessidades do próprio capital.

Se existias, uma questão nacional parecia resumir-se à necessidade de apaziguamento dos conflitos reais e potenciais de classe; no caso, à contenção da radicalidade das lutas sociais. Daí a expressão maior ou menor das diversas regiões. Como era admitido que a questão agrária já havia sido resolvida no Centro-Sul do país, restava, através da regionalização da reforma, resolvê-la nos demais espaços, como o Norte-Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste. A política se tornara uma luta de contra-insurgência. Nesse sentido, nada melhor para esvaziar o projeto do que construí-lo de forma ambígua, como o teria sido, sem definição mais clara de seus objetivos, do mesmo modo que se havia procedido desde a edição da *Lei de Terras*, em 1850.

#### **4. CONTRA-REFORMA EM TRANSE NEOLIBERAL**

O PNRA foi lançado oficialmente num momento em que eram, de fato, muito grandes as expectativas de que algo de novo devia emergir após tantos anos de repressão às liberdades democráticas, mas, também, num dos períodos mais turbulentos da nossa história recente, demarcado por uma crise que se alastrava por todos os poros da sociedade. Ao mesmo tempo em que se tateava em busca de caminhos novos e o governo manobrava habilmente para

evitá-los, impunha-se a toda a América Latina um programa de ajuste estrutural, sob a égide do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja finalidade maior era restabelecer as condições de estabilidade para o capitalismo mundial. Valendo-se da situação vivida pelo conjunto dos países latino-americanos, entre eles o Brasil, altamente endividados, condições bastante rígidas de ajuste passaram a ser impostas aos referidos países, tendo em vista torná-los aptos a cumprir seus compromissos com a finança internacional.

Para o Banco Mundial, assim como para o FMI, a liberação dos mercados assumia naquele momento papel primordial no ajuste estrutural desses países e passa a se transformar no eixo fundamental das condicionalidades impostas para a reintegração dos referidos países nos mercados financeiros globais. A rigidez das imposições tornara-se uma norma. A abertura indiscriminada dos referidos países – das contas-mercadoria e capital – , ao lado da privatização acelerada das empresas estatais, não só se torna uma exigência como passa a ser assimilada cada vez mais como uma necessidade. Em países como Brasil, Argentina ou Uruguai, políticas nacionais tendem a se confundir, a partir de então, com políticas de ajuste e estabilização, sob a ótica predominante de seus principais credores.

Entre Fernando Collor-Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, durante os anos 90, desenha-se um quadro de submissão aos organismos financeiros que, se não são tão peculiares às respectivas gestões, contribuem para anunciar uma nova perspectiva de ajuste passivo e de submissão à vontade declarada dos organismos financeiros internacionais. Fecham-se as brechas para qualquer exercício de vontade política em âmbitos estritamente nacionais. A situação não era nova, pois já vinha se desenhando desde pelo menos os anos 80. Mas a conjuntura era bem outra.

No início da Nova República, sobretudo após a moratória técnica do governo José Sarney, as exigências ainda não eram tão acentuadas, sob nítida influência da própria conjuntura de transição. Não estava muito claro o que poderia vir a acontecer a um país como o Brasil, saído de uma das ditaduras mais violentas do hemisfério. Ninguém sabia ao certo qual a natureza da “transição democrática”. As dúvidas estimulavam a “sabedoria política”, contornando-se qualquer possibilidade de conflito mais agudo na busca de alternativas. As lutas sociais apontavam várias possibilidades e direções, aguçando, assim, as incertezas quanto ao futuro, algo que talvez explique a limitada ofensiva dos organismos financeiros na circunstância; nada disto significando que tivesse deixado de intervir. Ressaltam apenas os cuidados que derivavam das incertezas.

A habilidade exigida era muito grande, em se tratando de fazer retornar aos eixos uma periferia que parecia almejar em certos momentos uma certa autonomia decisória. O Brasil não era qualquer periferia, isto ficava muito claro. Não apenas pelo volume dos investimentos aqui efetuados pelas grandes corporações multinacionais, como, sobretudo, pelo tamanho da sua dívida externa, a qual se constituía, pelo seu elevado montante, numa ameaça séria à saúde e estabilidade das finanças internacionais. Portanto, todo cuidado era

pouco. A moratória técnica de 1987 deixara um rastro de preocupação. Havia sempre uma possibilidade de que o exercício da soberania fosse exercido. Pondera-se a implicação de tomadas de decisão soberanas dos Estados Nacionais sobre a continuidade do ciclo de valorização dos capitais. Daí a cautela, sempre acompanhada de uma busca das formas mais adequadas e convenientes aos interesses da finança internacional de resolver a situação. Talvez por isso tenham sido tão coniventes, de imediato, com as defasagens brasileiras, quando comparado aos demais países do Cone Sul, por exemplo, no tocante à adoção de políticas de ajuste estrutural. A moratória da dívida de 1987 foi um sinal de alerta.

Temia-se a implicação de uma moratória em cadeia. De qualquer modo, o acesso do país ao circuito financeiro internacional ficou praticamente limitado ao cumprimento de alguns poucos contratos já efetuados. Era parte de uma represália branda, mas, ao mesmo tempo, e naturalmente, um aviso. A decisão de romper os contratos por parte do Brasil não poderia ser bem vista, muito menos aceita. Nada, porém, sinalizava para uma radicalização de posições. É sintomático que o Banco Mundial não deixa de operar no aqui e, de forma limitada, tenha mantido os seus compromissos como organismo financiador praticamente inalterados.

No tocante às políticas agrárias, suas repercussões foram, de fato, bastante sensíveis, não só pelo ângulo do financiamento como das novas facetas da reestruturação dos mecanismos regulatórios até então em curso. Desde muito, essas imposições eram notórias, já se fazendo sentir nas alterações promovidas em programas como o Polonordeste, refletindo os interesses do Banco Mundial. A criação do Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (PDSFN), para além de qualquer influência dos militares na sua criação, já refletira uma estratégia contra-reformista dos próprios organismos financeiros internacionais, não apenas do Banco Mundial. Mas foi sobretudo tal instituição que mais atuou durante esse período no sentido de estabelecer elementos de contra-reforma, a cada momento em que pressentia qualquer indício de avanço da idéia reformista.

Como instituição financeira, não via – nem podia ver mesmo – como saudável politicamente qualquer avanço nessa direção, utilizando toda sua capacidade de intervenção para anular no nascedouro qualquer intento que assumisse a bandeira da reforma fora dos marcos sistêmicos estabelecidos. De início, procura atuar nas franjas, como um coadjuvante, mas aos poucos vai se impondo nas discussões, introduzindo os elementos que considera mais relevantes para que as políticas voltadas para o campo pudessem vir a contar com o seu apoio.

Naquele momento, ter o seu apoio era o passo fundamental para a viabilidade de projetos de reforma que tinham o aval do governo. Foi assim que o Banco, durante e após os anos 90, aproveitando-se das fragilidades estruturais de um país tão endividado, procurou instituir novos mecanismos de contenção dos movimentos sociais, daqueles que lutavam pela terra, e a introjetar, paulatinamente, não apenas na burocracia pública mas na intelectualidade que mantinha um certo compromisso com as lutas sociais, sua visão dominante de

modernidade no campo. Suas consultorias se tornam cada vez mais eixos ideológicos de uma nova construção que passa a se impor às já existentes, carregando consigo as mais distintas categorias intelectuais.

Sob a ótica dessas consultorias, não parecia haver dúvidas de que era necessário conferir um novo significado à política agrária, o que não era o mesmo que negar em princípio a reforma, antes promover uma reforma na reforma, reorientar seus fundamentos de tal modo a adaptá-la às necessidades do presente. Suas orientações encaminham a reforma numa outra direção: de projeto para excluídos procura-se torná-la meio de inclusão desses excluídos na lógica do mercado. Nenhuma reforma podia-se configurar como tal se se eximisse da integração nas demandas do mercado de competitividade e eficiência. Para seus mentores, uma reforma descolada da lógica estritamente mercantil, mais do que um desperdício, deveria ser tomada como um puro contra-senso. O momento estava a exigir, como viam, uma reforma no campo que não se descolasse das reformas gerais em curso, envolvendo desde a abertura de mercados às privatizações, comprometidas com a reintegração do país aos circuitos financeiros internacionais. O mercado se torna um imperativo e a reforma agrária não apenas um elo na construção de prováveis rupturas estruturais, mas dos ajustes necessários para a plena integração setorial. Só assim, como entendiam, podia-se justificá-la.

Quase todas as organizações que tratam da reforma, direta ou indiretamente, passaram a assumir esse desiderato. Todas passaram a assumir como fatal, acriticamente, a identificação entre *reforma* e *mercado*, como se uma não pudesse mesmo existir ou funcionar sem o outro. Assumem, mas sentem o peso da decisão, pela ampla confusão que passa a predominar. Esta confusão não atingiu somente as chamadas organizações da sociedade civil. Até mesmo os técnicos encarregados da implementação das propostas oficiais em andamento desde cedo passaram a sentir o impacto das novas exigências, mesmo que fingindo, muitas vezes, desconhecê-las. O financiamento da reforma provinha em grande parte de instituições que não tinham nenhum interesse em alterar a correlação entre as forças dominantes no campo, apenas voltadas para a modernização das relações técnico-produtivas.

O PNRA se esvaía, assim, premido por uma dupla falta: de recursos e de fundamentos. Através das instituições financeiras e respaldando-se nas novas visões da integração competitiva, buscavam-se outros caminhos. O mais importante passa a ser influenciar condutas e, quem sabe, ganhar as próprias cabeças, valendo-se, à altura, de uma possível fragilização ou fragmentação do movimento social. O significado da nova proposta é muito claro: criar produtores competitivos e integrados à lógica dos mercados mundiais. As condições que propiciam essa influência refletem a dependência dos projetos de reforma (ou de assentamento) dos mercados financeiros e do Banco Mundial como um de seus mais importantes instrumentos de regulação. Exigências dos organismos financiadores, não somente do Banco Mundial como do FMI, centradas na liberação das economias nacionais como condição para sua reintegração aos mercados, refazem percursos até então seguidos e agravam a problemática estrutural. Mas são encaradas como uma necessidade improrrogável.

Após o Plano Real, o que se pôde observar foi um abandono de qualquer projeto de sociedade que ultrapassasse a dimensão de mercado. Só passa a ser societário aquilo que se enquadra nas exigências mercantis. Os resultados do Plano comprometem e agravam a dívida pública nacional. O orçamento é engessado e compromete a mínima autonomia da política pública. Nada disto, porém, abala a certeza daqueles que o tomavam como uma “necessidade histórica” do ajuste nacional. Os membros da equipe econômica do governo FHC se tornam os novos heróis de um neoliberalismo que queria levar todos ao altar da modernidade enfim conquistada. Pouco importava o que havia de real no Plano Real. O que importa são os seus reflexos e a aceitação por grande parte da população.

Refletindo pela ótica agrária, as conseqüências serão tão dramáticas como sob as outras óticas, a exemplo, do emprego, da renda, dos direitos sociais, do crescimento da miséria e do aprofundamento da marginalidade social. Deve ser acrescentado, apenas, que, no caso da reforma agrária, parece ser clara a decisão de torná-la um anacronismo a ser definitivamente extirpado, atestando o interesse maior de excluir qualquer expectativa de ruptura estrutural – ainda presente nas discussões sobre questão agrária – do conjunto de mudanças promovidas numa sociedade que sempre teve na agricultura o paradigma de atraso mas, também, de resistência.

A inexistência de sobras orçamentárias para a reforma agrária no decorrer de todo esse período denota seu isolamento maior como projeto estrutural ou como uma necessidade social. O governo demonstra que não a considera uma prioridade estratégica e passa, com isto, a responsabilidade de garantir até mesmo as mínimas condições de funcionamento dos projetos em curso aos organismos financeiros internacionais. Se não dá um tiro de misericórdia nas expectativas reformistas – pois a reforma se coloca muito além do simples interesse imediato dos governos –, decerto a recondiciona segundo uma lógica muito precisa, a das *vantagens competitivas*, devendo-se reconstruir o próprio significado da solidariedade embutida no projeto em algum momento.

Reformar passa a ser agora criar as condições para o surgimento de vencedores. Nada mais do que isso interessava aos novos reformadores. Aplicar recursos no campo, em assentamentos ou não, implica na aceitação das condições impostas pelo organismo financiador. Os movimentos sociais não encontram a forma mais adequada de reação. Eles também precisam desses recursos. A profissionalização dos movimentos sociais quebra um pouco o ímpeto de autonomia que sempre pretenderam demonstrar. Até mesmo estes passam, por carência não somente de recursos financeiros, mas muitas vezes por convicção, a reproduzir uma ideologia que, mesmo resistindo a tomá-la como uma verdade, não deixam de encará-la como uma necessidade (de quem?). Mais do que um paradoxo, este passa a ser um dilema que não deixa de refletir a difícil construção da reforma como uma proposta unificada de cunho estruturante.

Havia esperanças de que o governo Lula, eleito pela primeira vez em 2002, embarcasse nas esperanças das massas de trabalhadores rurais. Contudo,

desde eleito, este tampouco priorizou tal compromisso. A ideologia de *grife* do Banco Mundial contaminou o novo governo de modo a torná-lo cada vez mais distante de uma proposta de mudança e mais próximo do ideal de modernizar as estruturas que pudessem dar conta das mais prementes necessidades nacionais: construir saldos exportadores, pagar dívidas e assegurar as condições para cumprir fielmente os compromissos internacionais.

A contra-reforma ganha, assim, um novo tentáculo nas condições de eficiência que passam a ser exigidas dos pequenos produtores. Reforma se confunde com produtividade mais elevada, cuja face mais sensível é o *agronegócio*, a forma-disfarce da supremacia adquirida pelos grandes capitais comerciais e exportadores. É sensível o afastamento definitivo dos princípios fundadores de um reformismo fundante de uma novidade estrutural e a aproximação do pragmatismo que, diga-se, não se limita ao governo, mas aos próprios assessores de áreas onde já existem produtores assentados. O discurso do crédito ou da cesta básica unifica os de baixo e o da eficiência e produtividade, aliado à integração competitiva, os de cima. Uns afinados com a resistência, outros com a evolução, cujos elos o governo não deixa de perceber: o desvio da reforma de seu potencial como fonte de ruptura com os históricos mecanismos de desarticulação social. Reafirma-se no país os mesmos condicionamentos que respondiam pela desigualdade profunda nos mecanismos de apropriação da riqueza social gerada.

## 5. REFLEXÕES FINAIS

Nada do que foi aqui tratado neste ensaio pode ser tomado como conclusivo. De qualquer modo, partiu-se do pressuposto de que o reformismo agrário nunca se encontrou numa crise profunda. Essa crise reflete vários fatores, um deles porém é ressaltado como preliminar: a sua assunção, desde o nascedouro, como mecanismo puramente funcional às necessidades do capital, ao invés de ponto de partida para a sua própria superação. A determinação histórica, sobretudo dos movimentos sociais que lutam pela terra, de limitar o escopo da ação reformista ao âmbito de uma necessidade puramente conjuntural foi considerado um dos seus mais proeminentes equívocos.

Talvez tenha sido este um dos fatores determinantes para que, cada vez mais, planos de reforma sejam confundidos com planos de ajuste setorial, de natureza essencialmente pragmática. Assumi-los como tais implica em riscos muito grandes, pelo menos o risco de seu isolamento de toda e qualquer perspectiva que aponte para uma necessidade de ruptura com a ordem estabelecida. A forma histórica de isolar a reforma de seus desideratos mais profundos e transformadores foi submetê-la a normas restritivas legais, antes mesmo que ela alcançasse o *status* de necessidade real das classes trabalhadores, com ênfase maior nos assalariados e nos que trabalham diretamente a terra.

Uma reforma funcional às necessidades do capital seguiu dois rumos não excludentes entre si: o da funcionalização do agro e o de seu isolamento. Ambos acentuam a defesa da propriedade como objetivo maior e a

setorialização como condição para uma efetiva articulação sócio-produtiva à dinâmica do capital. Mas, no fundamental, qualquer que tenha sido a alternativa utilizada o resultado foi sempre o mesmo: o isolamento dos trabalhadores pobres de qualquer possibilidade de construir um projeto que tivesse a cara das suas necessidades. Os mecanismos foram diversos, de natureza política ou ideológica; de qualquer modo, foram e têm sido bastante efetivos. Basta observar a “pujança capitalista” do agronegócio, de um lado, e a miséria dos acampamentos na beira das estradas, de outro. Foram eles resultados de uma contra-reforma atuante e bem pensada nos gabinetes ministeriais.

A naturalidade com que são assimiladas ambas as facetas desse contra-reformismo chega a ser surpreendente. Mas não deixa de ser um reflexo do isolamento histórico de uma reforma que se desprende da posição de crítica da totalidade do capital para se firmar no papel de coadjuvante em funções meramente reprodutivas ou de legitimação social. A persistente miséria social dos campos, e o seu rebatimento nas formas atuais de urbanização selvagem, foi a resposta mais fiel ao silêncio diante dos mecanismos que reforçaram visivelmente esse dualismo nas últimas décadas o corte estratégico entre políticas agrícolas para ricos e políticas agrárias (sempre desconectadas de projetos) para pobres. O corte entre políticas agrícolas e políticas agrárias foi, de fato, um dos componentes mais sensíveis dessa nossa miséria histórica. Até porque, se podemos facilmente compreender o significado da política agrícola, pelo sem número de incentivos creditícios ou fiscais, técnicos e de mercado, nunca foi suficientemente claro o significado da política agrária. Foi tudo isso muito escamoteado.

Na realidade, a confusão entre ambas foi (e tem sido) bastante funcional ao predomínio e à eficácia do conjunto de medidas aqui consideradas eixos da contra-reforma agrária no país e de sustentação ideológica do anti-reformismo do conjunto das suas elites, plenamente satisfeitas com os rumos e sinalizações de uma estratégia cujo eixo era bem delimitado: aos ricos, incentivos materiais; aos pobres, políticas sociais de acomodação estrutural. As propostas atualmente provenientes dos organismos financeiros internacionais chegam até a ir além. Partem da exclusão como uma decorrência da incapacidade de integração e constroem instrumentos que buscam fundamentalmente promover uma seleção dos mais competentes entre eles, cujo objetivo é muito claro: apoiá-los na medida em que seja viável sua transformação individual (ou como categoria social) em produtores competitivos nos mercados nacionais e internacionais.

Em que pesem os descaminhos e acertos já apontados por diversos grupos de avaliadores, o fato é que uma reforma agrária jamais conseguiu se firmar no Brasil como alternativa na luta por transformação social, nem mesmo quando o país começou a transitar na direção das suas etapas mais características de modernização capitalista. Em todo o transcurso de modernização capitalista, ela soou muito mais como uma proposta de ajuste e de inclusão social de determinadas camadas sociais a um (ou num) determinado modelo de acumulação, na maioria das vezes de forma passiva e determinada e, ainda por cima, marcada por ambigüidades diversas e pela falta de qualquer

unanimidade entre seus diversos postulantes. Mas foi assim que chegou a se tornar eixo fundamental de uma problemática que não só esteve como continua a estar no centro dessa confusa definição hegemônica que demarca a constituição do Estado brasileiro, nessa geléia geral em que se tornou o universo das classes e das instituições sociais no país; a condição para que as reformas não passassem, quase nunca, de fundamentos de um consciente contra-reformismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aued, Bernadete W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-64)**. Florianópolis, UFSC, 1986.
- Guimarães, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- Medeiros, Leonilde Servolo de et al. (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Unesp, 1994.
- Moura, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2000.
- Romeiro, Adhemar et al (org.). **Reforma agrária, produção, emprego e renda**. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Ibase/FAO, 1994.
- Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Brasília, UnB, 1994.
- Vinhas, Moisés. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

---

\* *Nelson Oliveira é doutor em Economia (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp), professor da Escola de Administração e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi durante muitos anos redator dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Neo-reformismo e fragmentação social (ou só é “otimista quem quer)” (análise de conjuntura)” (**Cadernos do CEAS**, 221: 9-40. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.mar., 2006).*